



1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A UHE Teles Pires S.A. (denominada "Companhia" ou "TPPI") é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na localidade do Flamingo, 154 - 9º andar - Flamingo, podendo manter filiais, agências e representações, em qualquer localidade do país ou exterior. Esta empresa foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica Teles Pires. A usina, localizada no Rio Teles Pires, entre os Estados do Pará e Mato Grosso, possui potência instalada de 1.820 MW. A energia gerada é comercializada para a ANEL e é composta por 5 turbinas Francis e 4AG Vertical de 364 MW média. O Contrato de Concessão foi assinado pelo Poder Concedente em junho de 2015 e as obras iniciadas em agosto do mesmo ano. O prazo do Contrato de Concessão, originalmente, tem prazo de cinco anos a partir da data de sua assinatura, foi prorrogado por mais 234 dias, relativos ao rescarcamento pelo risco não hidrológico no termo final, todos os bens e instalações existentes da Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A. ("UHE Teles Pires") passaram a integrar o patrimônio da UHE, mediante venda das parcelas dos investimentos posteriores ao projeto original da usina, e que ainda não estejam amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente. Em 10 de fevereiro de 2015, foi assinado Termo de Compromisso entre a ANEL e a Companhia estabelecendo as condições e os prazos das obrigações de fornecimento de energia elétrica por parte da UHE Teles Pires, previstas nos (CCER) assinados em decorrência do laudo de energia nº 004/2010 (IA-5/2010) que o período da entrada em operação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 12/2012, de responsabilidade de terceiros e necessária ao escoamento de energia e ser produzida pela UHE Teles Pires. Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia aquecida é negociada na seguinte prioridade: 65% no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") através do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCER-ART") ao preço de R\$ 58,36 por MWh referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - 35% são atualmente destinados a comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), através do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Livre ("CEAL"). Em 1º de Dezembro de 2021, por meio do Portaria no. 195, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante de garantia fiscal da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que passou de 930,77MM para

939,94MM. A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 964.661 em 31 de dezembro de 2021 (1973.755 em 31 de dezembro de 2020) e consolidado. O lucro do período em 31 de dezembro de 2021 no controlador e de R\$ 9.094 (prejuízo de R\$ 71.876 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 9.486 (prejuízo de R\$ 72.291 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado. A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a manutenção das suas operações. No atual estágio de suas operações, o consenso previsto nos planos de negócios, a Companhia continuará dependendo de recursos de seus acionistas para honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizados e intangíveis (Notas Explicativas 13 e 14), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 7). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. A Administração da Companhia autoriza a emissão das demonstrações financeiras em 27 de Janeiro de 2022.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)			
	Consolidado		
	2021	2020	Variação(%)
Receita Operacional Bruta	990.367	949.875	4,3%
Receita Operacional Líquida	833.258	792.973	5,1%
EBITDA	354.288	292.497	21,1%
Resultado do Serviço - EBIT	183.472	105.089	74,6%
Resultado Financeiro	(147.099)	(198.507)	-25,9%
Lucro Líquido	9.487	(72.291)	-113,1%

BALANÇO PATRIMONIAL				
Ativo	Notas	Consolidado		Controladora
		2021	2020	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	83.423	199.325	56
Contas a receber de clientes e outros	10	103.364	95.385	—
Íntimos sobre a UHE a recuperar	7.1.3	12.245	13.098	5.133
Outros tributos a recuperar		7.293	1.430	—
Outros ativos circulantes		2.021	4.783	—
Total do ativo circulante	207.346	274.211	5.189	6.885
Ativos não circulantes	9	86.217	80.098	51.924
Imobilizado e outros diferidos	7.1.2	254.298	281.058	46.622
Depósitos judiciais	17.1	53.950	60.436	—
Investimentos em participação societária	11	791	53	2.081.418
Direito de uso	12	4.140.224	4.342.645	—
Intangível	13	169.606	153.572	—
Total do não circulante	4.706.886	4.918.375	2.133.342	2.092.133
Total do ativo	4.914.232	5.192.586	2.138.531	2.099.018

PASIVO				
Circulante	Notas	Consolidado		Controladora
		2021	2020	2021
Fornecedores e conta a pagar a empreiteiros	14	67.093	60.248	—
Emprestimos e financiamentos	15	147.926	221.699	55.395
Outros de arrendamento		1.699	26	—
Outros tributos e encargos setoriais a receber	7.2	23.766	10.998	19
Provisões ambientais	17.2	30.739	8.128	—
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	16	13.064	14.555	—
Outros passivos circulantes		1.248	1.084	—
Total do circulante	293.823	316.956	55.414	52.281
Não circulante	15	2.695.923	2.804.598	485.188
Outros de arrendamento		740	740	—
Outros tributos e encargos setoriais a receber	7.2	6.165	9.701	—
Provisões ambientais	17.2	29.478	70.122	—
Provisões	17	103.353	300.688	—
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	16	167.839	155.811	—
Outros passivos não circulantes		1.257	5.880	—
Total do não circulante	3.005.205	3.347.957	485.188	536.137
Patrimônio líquido	18	1.597.929	1.510.600	1.597.929
Ativo das acionistas não controladoras		12.725	16.882	—
Total do patrimônio líquido	1.610.244	1.527.482	1.597.929	1.510.600
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.914.232	5.192.586	2.138.531	2.099.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A UHE Teles Pires S.A. ("Companhia" ou "TPPI") é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. Esta empresa foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada no Rio Teles Pires, entre os Estados do Pará e Mato Grosso. Em 1º de dezembro de 2021, por meio da Portaria no. 195, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante de garantia fiscal da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que passou de 930,77MM para 939,94MM. Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica é produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia pela mesma onerosidade em maio de 2015. A energia aquecida é negociada na seguinte prioridade: 65% no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") através do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCER-ART") ao preço de R\$ 58,36 por MWh referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - 35% são atualmente destinados a comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), através do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Livre ("CEAL"). A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 964.661 em 31 de dezembro de 2021 (1973.755 em 31 de dezembro de 2020) no controlador e de R\$ 9.094 (prejuízo de R\$ 71.876 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 9.486 (prejuízo de R\$ 72.291 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado. A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 50.225 (R\$ 45.396 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e de R\$ 15.435 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 15.811 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado. O prazo dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações. É previsto no plano de negócios da Companhia recursos de seus acionistas se em alguma eventualidade a mesma não puder honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia continuará dependendo de recursos de seus acionistas para honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 13 e 14), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 7). **1.1 Corona Virus ("COVID-19"):** Contexto geral: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem afetando a eficiência da adoção de medidas restritivas como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também gerou redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. **b) Impacto nas demonstrações financeiras:** As receitas decorrentes do segmento estão afetadas aos contratos de venda de energia elétrica e a produção de energia elétrica, a disponibilidade de energia elétrica, a energia elétrica, bem como ao risco hidrológico ("GSF") e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"). A Companhia não observou impacto significativo em suas demonstrações financeiras decorrente da COVID-19. **c) Medidas socioeconômicas:** A Usina Hidrelétrica Teles Pires adota a suspensão temporária de pagamentos (stund off), das parcelas de capital em 2020, o INRIS e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2020, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base consolidada) no exercício, com a diluição desse montante por uma total renúncia do contrato. Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco de Brasil suspendeu a cobrança de juros temporariamente em 2021, a Companhia também contratou junto ao Banco do Brasil. A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo

perda possível. **Claim do Consórcio Construtor:** Em 14 de setembro de 2021 foi celebrado o acordo com o Consórcio Construtor Teles Pires - "CCPT" para a extinção do processo de arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, instaurado em maio de 2016. O pedido referia-se ao pleito de extra custo da construção, estimado pelo "CCPT", referente aos seguintes eventos descritos abaixo: • Atrasos decorrentes de liberação das áreas afetadas pelas obras; • Pleito de geologia; • Pleito de mão de obra; • Pleito da linha de transmissão. Do pleito de custo extra estimado pelo "CCPT", a Administração da Companhia estimou que os pleitos com a probabilidade de perda provável totalizaram o valor de R\$ 196.256 e de perda possível o valor de R\$ 618.385 em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. O referido acordo definiu que a Companhia fizesse o pagamento de R\$ 77.000 ao CCPT, sendo R\$ 7.898 retidos a título de caução garantia, até a conclusão de pendências relativas à construção. A provisão da contingência constituída em 2016 foi revertida em 30 de setembro de 2021, afetando (i) o imobilizado no montante de R\$ 45.657, visto o pleito ter sido iniciado no período pré-operacional da Hidrelétrica Teles Pires e (ii) o resultado financeiro, pela reversão da atualização monetária do processo após o início da operação da usina, no total de R\$ 61.913. **(ii) Trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de produtividade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.707 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.230 em 31 de dezembro de 2020) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m. **(iii) Fiscais:** A Companhia é parte envolvida em processos legais, com a natureza de Ação Tributária como, por exemplo, autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda - SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange a falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos, a Companhia possui valor estimado de R\$ 50.997 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 74.053 em 31 de dezembro de 2020). **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados

Consolidado	2021	2020
Processos cíveis	52.731	59.697
Processos trabalhistas	594	337
Processos fiscais	625	402
	53.950	60.436

d) Política contábil e julgamentos críticos (i) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada

Consolidado	2021	2020
Processos cíveis	52.731	59.697
Processos trabalhistas	594	337
Processos fiscais	625	402
	53.950	60.436

de benefícios econômicos for tida como provável. **(ii) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **17.2 Provisões ambientais:** As obrigações de meio ambiente são derivadas das condicionantes dos programas do Projeto Básico Ambiental - PBA que é composto por programas socioambientais que tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos potenciais e decorridos da implantação do respectivo empreendimento. Este projeto básico ambiental faz parte do processo de licenciamento ambiental para se obter as Licenças Prévia (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) que o empreendedor deve aprovar, executar e acompanhar perante os órgãos licenciadores que no caso da UHE TELES PIRES são IBAMA e FUNAI. As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

Consolidado	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	9.487	(72.291)
Média ponderada de número ações em circulação	2.562.590	2.484.355
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	0,00	(0,03)

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
As principais transações comerciais reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos. As operações de compra e venda de energia transmitidas com parte relacionadas, no mercado livre, foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

Consolidado		2021		2020	
Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Ativo					
Contas a receber e outros (a)	36.248	18.446	54.694	32.100	17.740
	36.248	18.446	54.694	32.100	49.840

Consolidado		2021		2020	
Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Passivo					
Fornecedores e contas a pagar (b)/(c)/(d)/(e)	1.334	3.802	5.136	227	4.931
	1.334	3.802	5.136	227	4.931

Consolidado		2021		2020	
Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Resultado do período					
Receita operacional líquida (a)	365.314	215.486	580.800	334.152	208.510
Custos dos serviços (c)/(b)	(7.552)	(58.965)	(66.517)	(2.114)	(61.684)
Despesas gerais e administrativas (d)/(e)	(3.140)	-	(3.140)	(1.827)	-
	354.622	156.521	511.143	330.211	146.826

Consolidado		2021		2020	
Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Salários e benefícios recorrentes	2.344	-	2.344	1.600	-
Outros benefícios de curto prazo	(13.037)	-	(13.037)	328	-
Benefícios de longo prazo	103	-	103	270	-
	2.447	-	2.447	2.198	-

Consolidado		2021		2020	
Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	16	83.407	23	159.302	
Títulos e valores mobiliários	-	86.217	-	80.098	
Contas a receber de clientes e outros	103.364	-	95.385	-	-
	103.380	169.624	95.408	239.400	

Consolidado		2021		2020	
Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Passivos financeiros					
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	67.093	-	60.248	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.843.849	-	3.026.297	-	-
Passivo de arrendamento	1.028	-	439	-	-
Uso do bem público	180.903	-	167.364	-	-
	3.092.873	-	3.254.348	-	-

Consolidado		2021		2020	
Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
CA - Custo amortizado	169.624	-	169.624	239.400	-
VJR - Valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-

20. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS
20.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

Consolidado		2021		2020	
CA	VJR	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	16	83.407	23	159.302	
Títulos e valores mobiliários	-	86.217	-	80.098	
Contas a receber de clientes e outros	103.364	-	95.385	-	-
	103.380	169.624	95.408	239.400	

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **20.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. **(ii) Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos de transação. **20.6 Métodos e técnicas de avaliação:** **(i) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indevida por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. **20.7 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
CDI	Queda do CDI	9,15%	169.640	15.522	3.880	7.761
CDI	Alta do CDI	9,15%	(540.583)	(53.406)	(13.351)	(26.703)
TJLP	Alta do TJLP	5,32%	(2.303.265)	(167.407)	(30.633)	(61.267)

ATIVOS FINANCEIROS
Aplicações financeiras em CDI
PASSIVOS FINANCEIROS
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
Dívidas em CDI
Dívida em TJLP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Acionistas da Teles Pires Participações S.A. Rio de Janeiro/RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Teles Pires Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Teles Pires Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:**

Consolidado		2021		2020	
Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
2.843.849	2.888.276	3.026.297	3.026.297		

20.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1 - Preços cotados (não ajustados)** em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não)** para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.** A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 20.6 (análise de sensibilidade). **20.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

Consolidado		2021		2020	
CA	VJR	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	16	83.407	23	159.302	
Títulos e valores mobiliários	-	86.217	-	80.098	
Contas a receber de clientes e outros	103.364	-	95.385	-	-
	103.380	169.624	95.408	239.400	

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **20.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Marcelo José Cavalcanti Lopes
Presidente
Titulares
Rodolfo Fernandes da Rocha
Hugo Renato Anacleto Nunes
Heber Costa
Carla de Andrade Souza e Andrade Pinto
Werdine Machado
DIRETORIA EXECUTIVA
Ana Graciela Heugas Granto
Diretora Administrativa, Financeira, de Coordenação e Meio Ambiente
Rachael Alves Pascale - CRC RJ nº 115915/O-3
CONTADORA
Rachael Alves Pascale - CRC RJ nº 115915/O-3
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Os Diretores da Teles Pires Participações, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 154, 9º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.212.219/0001-04, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras consolidadas da Teles Pires Participações S.A., atualizadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas da Teles Pires Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31.12.2021.
Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2022.
Idebrando José Pereira Martins
Diretor Técnico

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
O Conselho de Administração da Teles Pires Participações S.A., tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.
Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2022.
Ana Graciela Heugas Granto
Diretora Administrativa, Financeira, de Coordenação e Meio Ambiente
Marcelo José Cavalcanti Lopes
Rodolfo Fernandes da Rocha
Hugo Renato Anacleto Nunes
Heber Costa
Carla de Andrade Souza
Rodolfo Fernandes da Rocha
Hugo Renato Anacleto Nunes
Heber Costa
Carla de Andrade Souza

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Document assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 15/04/2022 15:30
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<https://publicadeflegal.valor.com.br/valor/2022/04/15/telespires1581738415042022.pdf>
Hash:16503066025bdb7179be6e426dbf82217611cdf2a



Document assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 15/04/2022 15:30
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<https://publicadeflegal.valor.com.br/valor/2022/04/15/telespires1581738415042022.pdf>
Hash:16503066025bdb7179be6e426dbf82217611cdf2a



Document assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 15/04/2022 15:30
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<https://publicadeflegal.valor.com.br/valor/2022/04/15/telespires1581738415042022.pdf>
Hash:16503066025bdb7179be6e426dbf82217611cdf2a

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Marcelo José Cavalcanti Lopes
Presidente
Titulares
Rodolfo Fernandes da Rocha
Hugo Renato Anacleto Nunes
Heber Costa
Carla de Andrade Souza e Andrade Pinto
Werdine Machado
DIRETORIA EXECUTIVA
Ana Graciela Heugas Granto
Diretora Administrativa, Financeira, de Coordenação e Meio Ambiente
Rachael Alves Pascale - CRC RJ nº 115915/O-3
CONTADORA
Rachael Alves Pascale - CRC RJ nº 115915/O-3
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Os Diretores da Teles Pires Participações, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 154, 9º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.212.219/0001-04, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras consolidadas da Teles Pires Participações S.A., atualizadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e (II) reviram, discutiram